

1989: O SIGNIFICADO DA INTERNACIONALIZAÇÃO BRASILEIRA E O FIM DA GUERRA FRIA NO BRASIL¹

Uma análise política de representações midiáticas

Arthur Ituassu²

Resumo: *Esta é uma pesquisa do campo das Ciências Sociais, da Comunicação Social e que se insere na relação entre a Comunicação e a Política. A intenção é propor uma interpretação sobre a construção midiática do significado da mudança no perfil de inserção do Brasil pós-1989, ou a partir do fim da Guerra Fria. Dessa forma, sugere que uma noção de crise sem precedentes no país e uma simultânea transformação radical do ambiente internacional abriram espaço para um ataque generalizado ao próprio Estado brasileiro, ao relativo “isolamento” do Brasil no que diz respeito ao plano externo e aos modelos exportador e desenvolvimentista da economia política nacional. Com isso, tal contexto ideológico propiciou duas propostas fundamentais de mudança: abertura ao exterior e reforma do Estado. Finalmente, este trabalho argumenta que o fim da Guerra Fria não deve ser visto como um fenômeno anterior às mudanças no perfil externo brasileiro, mas que as mudanças são, de fato, o fim da Guerra Fria no Brasil.*

Palavras-Chave: *Mídia. Política. Brasil.*

1. Introdução

Não à toa o ano de 1989 foi escolhido como alvo de estudo. Em 1989, pode-se dizer que, como um personagem shakespeariano, a sociedade brasileira definitivamente “falou com si mesma”.³ Em meio a uma crise econômica e social gravíssima no país, a índices astronômicos de inflação, a transformações radicais no plano internacional e à primeira campanha presidencial democrática depois de mais de 20 anos de regime militar, eis que surge um debate de proporções gigantescas sobre os rumos da nação. Naquele momento, saíamos da ditadura, da morte de Tancredo Neves e vivíamos o caos social e inflacionário do governo José Sarney. Lá fora despontava a mais nova revolução tecnológica, que ajudava a integrar nações e mercados, e desmoronava todo um império que marcou a divisão do mundo em uma arena bipolar por

¹ Texto apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Política”, do XVIII Encontro da Compós, na PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, em junho de 2010.

² Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, <arthur@ituassu.com.br>.

³ Segundo Harold Bloom (1994), a “psicologia da mutabilidade” é um dos traços mais marcantes dos personagens de Shakespeare, a capacidade de pensar sobre o próprio comportamento e daí transformá-lo. “Hoje todos nós andamos por aí falando a nós mesmos interminavelmente, entreouvindo o que dizemos, depois meditando e agindo com base no que aprendemos. Isso não é tanto o diálogo da mente consigo própria, nem mesmo um retorno da guerra civil na psiquê, quanto a reação da vida ao que se tornou necessariamente a literatura”. (BLOOM, 1994, p. 55)

mais de 40 anos. Em 1989, o clima era de campanha no Brasil, e estavam em jogo as primeiras eleições diretas do novo regime democrático brasileiro.

Este é um trabalho de pesquisa de Ciências Sociais, no campo da Comunicação Social e que se insere na subárea da relação entre a Comunicação e a Política. A idéia aqui é propor uma interpretação de um determinado processo de construção midiática do significado político, como forma de se entender a constituição da própria identidade e realidade políticas. A intenção é apontar para a importância de um estudo relativo à constituição da linguagem política, no terreno da mídia e da comunicação de massa, por meio da análise de representações e idéias midiáticas, com o intuito de contribuir para o entendimento dos próprios processos de constituição da realidade e identidade políticas.

Para tanto, este trabalho tem o objetivo de apresentar uma análise sobre a construção midiática do significado da transformação, ocorrida a partir de 1989, no perfil de inserção do Brasil no ambiente econômico internacional. O objetivo aqui será avaliar essa transformação à luz das idéias e representações que foram divulgadas na mídia da época, elementos estes que interpretaram, questionaram e, de fato, constituíram o próprio processo de transformação. A intenção será a de perceber a construção, pela mídia, do significado da mudança.

Nesse sentido, esta proposta se divide em quatro partes, além desta introdutória. Na seção 2, o objetivo é localizar, no plano da teoria, uma pesquisa de mídia e comunicação de massa que esteja focada nos processos de construção do significado político. A partir desse ponto, ainda nessa seção, serão apresentados os recortes feitos e a metodologia utilizada neste trabalho.

Na seção 3, o período histórico escolhido para análise será apresentado, analisado e contextualizado. Na seguinte, está a análise das idéias e representações políticas midiáticas – idéias e representações produzidas e divulgadas na mídia em 1989 e que dizem respeito à relação econômica do Brasil com o mundo. Na quinta e última seção, estão as conclusões que podem ser levantadas desse esforço acadêmico.

Ao fim, gostaria de sugerir que, em 1989, no Brasil, a noção generalizada de uma situação de crise sem precedentes na história do país e de um mundo em completa transformação política e econômica abriu espaço para um ataque generalizado: 1) ao Estado brasileiro, tema que praticamente dominou o debate público analisado; 2) a um certo “isolamento” do Brasil em relação ao ambiente internacional; e 3) aos modelos exportador e desenvolvimentista da economia política brasileira. Além disso, abriu as portas para duas propostas de mudança claras: abertura e reforma do Estado.

No campo teórico, pretendo chamar a atenção para a inclusão do Brasil e de países de perfil semelhantes em estudos comparados envolvendo o fim da Guerra Fria e, claro, em última instância, alertar para a importância das análises que se debruçam hoje sobre a construção midiática de significados políticos.

2. O diálogo com a teoria

Como foi visto na seção anterior, o foco deste trabalho é a construção pela mídia do significado da mudança no perfil de inserção do Brasil na economia internacional, ocorrida durante o período do fim da Guerra Fria. Nesse sentido, a pesquisa aqui apresentada pretende entender um fenômeno político, a transformação, a partir das idéias e das representações veiculadas por uma parcela significativa da mídia durante o processo de interpretação e implementação da mudança. O objetivo, nesse sentido, foi o de buscar uma compreensão sobre o processo de internacionalização da economia brasileira iniciado a partir do fim dos anos 1980 e integrado às mudanças no comportamento político do país no exterior como produto de uma linguagem original – nesse contexto “canônica” – que irá informar os debates políticos de então e subsequentes, no campo das relações econômicas internacionais do país, ou elas mesmas.

Com relação a transformações políticas, Mark Blyth (2002) faz cinco sugestões de como as idéias podem influenciar mudanças institucionais e de perfil. A primeira sugere que, em períodos de crise extrema, idéias (não instituições) reduzem a incerteza. Antes que qualquer mudança institucional seja levada à frente, é preciso que os agentes compreendam o contexto gerando explicações sobre a situação.

A redução da incerteza, no entanto, é apenas o primeiro passo para a mudança. Segundo Mark Blyth (2002), é preciso depois que as idéias propiciem a ação coletiva e a construção de consensos – a mudança somente pode tomar forma quando as barreiras à ação coletiva são ultrapassadas.

Além disso, idéias servem também de suporte para que os agentes possam contestar as instituições vigentes. Idéias são armas de transformação de instituições preexistentes precisamente porque estas mesmas instituições são resultado de idéias passadas.

Ainda, idéias devem atuar como base para um plano de ação. Novas instituições são derivadas de novas idéias. E, finalmente, após a constituição institucional, idéias tornam possível a estabilidade, gerando convenções que facilitam a coordenação das expectativas dos agentes.

Mas idéias por si só não são o foco deste trabalho, mas sim idéias e representações midiáticas. Nesse sentido, a pesquisa dialoga com França (in PEREIRA et al, 2004, p. 13) quando a autora toma “representações” como “signos, imagens, formas ou conteúdos de pensamento, atividade representacional dos indivíduos, conjunto de idéias desenvolvidas por uma sociedade”. São “categorias de pensamento, de ação e de sentimento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a”. Assim, as representações são vistas “tais como se materializam nas linguagens, nos processos e nos produtos da comunicação e da cultura midiática”, onde se destacam “as imagens e os significados construídos pelos meios e compartilhados na sociedade”. Pensando a comunicação, como afirma a autora, não só como “troca, interação, situação comunicacional que circunscreve a relação”, mas também como “instância de produção de sentido instalada num contexto relacional”. Como idéias e representações estão sempre intimamente ligadas a seus contextos, como são produzidas “no bojo dos processos sociais”, elas “espelham diferenças e movimentos da sociedade” mas também “dinamizam e condicionam determinadas práticas sociais”.

Levadas para o campo da Política, essas conclusões se aproximam de perspectivas como a de John Street (2005, p. 24). Para o autor, a política é constituída por, e existe somente como, uma série de representações midiáticas. De maneira semelhante, David Kertzer (2001) sugere que a política é constituída por “rituais”, e o poder dos “rituais” deriva de suas representações simbólicas. Como a mídia é hoje a grande fonte dessas representações, possui assim influência marcante na constituição da própria realidade política.

Da mesma forma, Delli Carpini e Williams (in BENNET & ENTMAN, 2001, p. 161), afirmam que “a política é hoje uma experiência amplamente midiática”. Em um estudo sobre o caso Bill Clinton e Monica Lewinsky, os autores concluem que a questão se de fato Bill Clinton e Monica Lewinski fizeram sexo é politicamente irrelevante perto das representações constituídas do mérito. (p. 170)

No mesmo sentido, afirma Dahlgren (2001, p. 85), “a política não existe como uma realidade que se desenvolve fora da mídia, a ser ‘coberta’ por jornalistas. A política é cada vez mais organizada como um fenômeno midiático, planejado e executado para e em cooperação com a mídia”. Para Street (2005, p. 25), a incidência da virada construtivista das Ciências Sociais na análise da relação entre a mídia e a política reforça um sentimento de que a política vem sendo constituída e transformada pela comunicação midiática. Uma tendência que, segundo o autor, ressalta a percepção estética da política, a partir de uma noção de política como “um exercício de interação simbólica sobre a vida em sociedade”.

Nesse ponto, torna-se fundamental o conceito de “cultura da mídia”, apresentado por Douglas Kellner.⁴ A cultura da mídia almeja audiências amplas e por isso deve lidar com preocupações e temas correntes. Além disso, é altamente temática, “provendo hieróglifos da vida social”. Para o autor, a cultura constitui e cultiva “potencialidades e capacidades para discursar, agir, criar.” Com isso, a cultura da mídia participa desse processo de forma fundamental, dado que as pessoas passam uma enorme quantidade de tempo ouvindo o rádio; vendo televisão e filmes; vendo, ouvindo e lendo notícias; lendo jornais e revistas. (KELLNER, 2002, p. 2-3)

Nesse sentido, reforça-se aqui a intenção de buscar nas representações midiáticas uma interpretação para a mudança no perfil de inserção do Brasil no sistema econômico internacional a partir de 1989. A parcela da mídia analisada foram artigos de opinião e editoriais (representações textuais midiáticas) que disseram respeito à inserção econômica externa do país e publicados em dois dos maiores jornais brasileiros da época – *Folha de São Paulo* e *O Globo*.

A opção pela mídia impressa se deu com o intuito de abordar a textualidade vigente. Afinal, em termos de mídia, é em jornais e revistas que o texto pode se desenvolver de forma mais livre. Além disso, esta pesquisa toma partido das Teorias da Literatura que apontam para o texto canônico como elemento fundamental na constituição do pensamento e da realidade histórica e social. (BLOOM, 1994) Ainda, procurou-se utilizar como fonte jornais e não revistas em função da periodicidade diária dos primeiros, o que, em tese, possibilita um espectro mais abrangente de expressões.

Além disso, a escolha de textos publicados na *Folha de São Paulo* e em *O Globo* acabou por relativizar a questão regional. Segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), a *Folha de São Paulo* teve, em 1988, médias mensais de circulação acima dos 400 mil exemplares, bem como *O Globo*, que chega perto dos 500 mil exemplares no fim do mesmo ano. Apesar de *O Estado de São Paulo* apresentar, no mesmo momento, uma circulação aproximada à da *Folha* – e em alguns momentos superior – optou-se pela pesquisa de apenas uma mídia paulista, a fim de melhor se equilibrar a representação de interesses regionais sobre as questões tratadas.

⁴ Para o autor, a “cultura da mídia” pode ser definida como as imagens, os sons e os eventos que atuam na construção do dia-a-dia, dominando o lazer, moldando visões políticas e comportamentos sociais, provendo às pessoas do material sobre o qual as mesmas podem formar suas identidades. (KELLNER, 2002, p. 1)

Com todo este foco, foram ressaltados neste trabalho três conjuntos de idéias e representações produzidas e veiculadas na mídia impressa selecionada durante o ano de 1989 sobre o tema específico em questão: o primeiro, 1) idéias-contexto, reúne as múltiplas interpretações do momento interno e externo; o segundo, 2) idéias-alvo, engloba as idéias e representações apontadas como alvos políticos do momento; e, o terceiro, 3) idéias-propostas, contém as idéias e representações que tratam especificamente do que deve ser feito.

No entanto, antes de apresentá-los definitivamente, é preciso esclarecer o que está sendo aqui definido como a transformação no perfil de inserção internacional do Brasil.

3. A transformação, objeto da história

No que diz respeito às relações econômicas internacionais do Brasil, houve uma mudança radical a partir do fim dos anos 1980. Não há dúvidas, de 1989 para cá o Brasil se tornou mais aberto ao comércio e às finanças internacionais, importou e exportou mais, elevou a participação estrangeira na economia e estabeleceu acordos comerciais inéditos como o Mercosul. A intenção desta seção é apresentar a transformação histórica escolhida para análise: a mudança no perfil de inserção econômica internacional do Brasil a partir dos últimos anos da década de 1980, ou seja, no contexto do fim da Guerra Fria e em meio ao processo recente de globalização econômica.

Com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o gráfico a seguir (FIG. 1) bem representa a transformação, por exemplo, na dinâmica das importações brasileiras, medidas em milhões de dólares, elevando-se parcialmente no fim dos anos 1970 mas crescendo de forma significativa a partir de 1988, em especial de 1992:

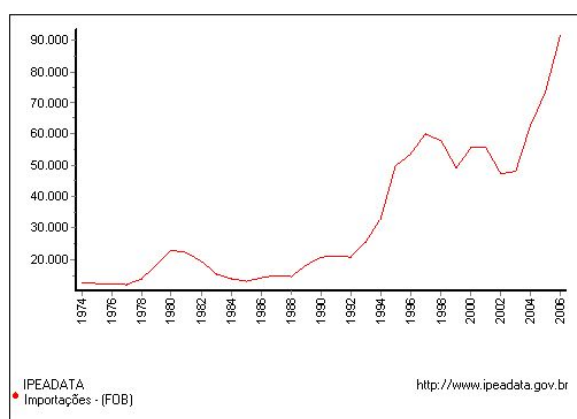


FIGURA 1 - Importações do Brasil em dólar 1974-2006
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

De fato, um processo notório de liberalização comercial começou a ser implementado em 1988, e ocorreu em três ondas de redução tarifária: 1) em 1988-89, quando a tarifa média nominal⁵ de 57,5% foi reduzida para 32,5%; 2) mais significativa, em 1991-93, quando a mesma tarifa caiu para 13,5%, acompanhada de redução acentuada das amplas barreiras não-tarifárias à importação; e 3) em 1994, ao se reduzir a tarifa média nominal a 11,2%. (ABREU, 2007, p. 6)

Após o período 1991-93, a introdução do Plano Real intensificou ainda mais a abertura comercial com a intenção declarada de impor disciplina aos preços domésticos. As principais modificações promovidas em 1994 foram: 1) redução das alíquotas do imposto de importação para 0% ou 2%, sobretudo nos casos de insumos e bens de consumo com peso significativo nos índices de preços, como mecanismo auxiliar no combate à inflação; e 2) antecipação para setembro de 1994 da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, que vigoraria a partir de janeiro de 1995.

Uma transformação pode ser percebida também na regulação do fluxo de entrada e saída do Brasil de capitais internacionais. De fato, a economia brasileira sempre apresentou um elevado grau de internacionalização financeira do seu parque produtivo, mas, mesmo assim, a mudança é clara. Se o ingresso médio anual do investimento direto estrangeiro foi pouco maior que US\$ 2 bilhões no período 1990-1994, aumentou para US\$ 12 bilhões em 1995 e superou os US\$ 40 bilhões em 2000. A dinâmica geral é muito bem representada no gráfico (FIG. 2) a seguir:



FIGURA 2 - Investimento Direto Externo no Brasil – médias anuais (US\$ milhões)
Fonte: Banco Central do Brasil

⁵ Média das tarifas pagas pelos residentes.

Não há dúvida que esse novo influxo de capitais está relacionado à política macroeconômica e à evolução das condições de liquidez internacional. No entanto, também mudanças institucionais explicam o aumento expressivo do investimento estrangeiro na economia brasileira. Vários caminhos foram abertos à entrada com as legislações para as Sociedades de Investimento, os Fundos de Investimento, as Carteiras de Valores Mobiliários, os *Depositary Receipts*, os Fundos de Renda Fixa, os Contratos de Fechamento de Câmbio, a Bolsa de Futuros etc. Essas foram todas decisões e opções políticas. (CARNEIRO & GARCIA, 1995)

E não foram apenas as relações comerciais e financeiras do Brasil com o mundo que se transformaram no período do fim da Guerra Fria. A política externa brasileira também apresentou uma mudança comportamental significativa no mesmo momento. A idéia é a de que a continuidade do projeto de inserção brasileiro e, por conseguinte, de desenvolvimento, foi “seriamente comprometida por transformações externas e internas que afetaram a sua base de sustentação e legitimação”. Os novos contextos incluem o reordenamento político do sistema internacional a partir do fim da Guerra Fria, o aprofundamento do processo de globalização, o esgotamento no Brasil do paradigma vigente de desenvolvimento (e de inserção), e o processo brasileiro de redemocratização. O governo eleito em novembro de 1989 no Brasil, por exemplo, assumiu a responsabilidade de atualizar a agenda internacional do país “de acordo com as novas questões e o novo *momentum* internacional” (HIRST & PINHEIRO, 1995, p. 6)

Desse momento em diante, foi feito também um esforço para que o país se adequasse minimamente aos padrões internacionais de propriedade intelectual, bem como no campo da proliferação nuclear. O Brasil não só hospedou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em junho de 1992 – a ECO-92 –, como assinou o acordo que criou a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (Abacc) em 1991 e o Acordo Nuclear Quadripartite de Salvaguardas (assinado em dezembro de 1991 e aprovado no Senado em fevereiro de 1994) com a Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea). Ratificou também o Tratado para Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, mais conhecido como o Tratado de Tlatelolco (ratificado em agosto de 1994 e posto em prática pelo Decreto n. 1246, de 16 de setembro do mesmo ano), ingressou no Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), em 27 de outubro de 1995, e consolidou o Mercosul com o Tratado de Assunção, assinado em 26 de março de 1991.⁶

⁶ Sobre isso, ver: HIRST & PINHEIRO (1995) e LAFER (1993).

Toda uma transformação no perfil de inserção econômica e política do Brasil no ambiente internacional tomou forma a partir de 1989, delineando a política externa e a política econômica externa do país a partir da redemocratização e do fim da Guerra Fria.

4. A invenção da internacionalização

Definido o objeto e seu contexto histórico, a forma estabelecida de análise, bem como os objetivos deste trabalho, passa-se agora para uma apresentação da pesquisa propriamente dita. Como foi visto anteriormente, três conjuntos de idéias e representações foram sugeridos: idéias-contexto, idéias-alvos e idéias-propostas.

O primeiro elemento do conjunto idéias-contexto é, sem dúvida, uma herança clara da Crise da Dívida do início dos anos 1980: o desequilíbrio externo. Um editorial do jornal *O Globo*, por exemplo, publicado em 30 de janeiro de 1989, afirmou: “O câmbio tem sido o fator que desencadeou a maioria das crises econômicas na história econômica recente do Brasil (pode-se até dizer, sem exagero, que o País [sic] ainda não se recuperou do ataque de 1982”.⁷

A crise nas relações da economia brasileira com o mundo estava intimamente ligada ao estrangulamento externo do início da década. Em artigo de 16 de julho, Hermann Wever, presidente da Siemens e vice-presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base, ressalta o tema ao analisar problemas como a queda do investimento europeu no Brasil:

É bastante claro que a eclosão do problema da dívida externa dos países em desenvolvimento em setembro de 82, com o conseqüente estancamento do fluxo de novos capitais de empréstimos e concomitante aumento do custo do pagamento do serviço da dívida, foi fator inibidor do crescimento econômico nos últimos anos.⁸

Nisso concordavam direita e esquerda. Maria da Conceição Tavares, em um artigo de 2 de agosto, publicado na *Folha de S. Paulo*, chama a atenção para as “mudanças dramáticas das condições de financiamento externo a partir do período 1979-82”, como um consenso em relação à “raiz da aceleração inflacionária ocorrida na década de 80” na América Latina.⁹

Ainda no terreno da interpretação do momento, era forte em 1989 a noção de que o país vivia uma crise interna sem precedentes em sua história. Nesse sentido, escreveu o deputado federal Fernando Gasparian (PMDB-SP), em 2 de março de 1989: “Já hoje ninguém ignora

⁷ O GLOBO, “Torneiras fechadas”, Editorial, 30 jan 1989, p. 4.

⁸ WEVER, H. “Um círculo vicioso”, in *O Globo*, 16 jul 1989, p. 4.

⁹ TAVARES, M. da C. “Sem reservas não chegaremos lá”, in *Folha de S. Paulo*, Opinião, 2 ago 1989, p. A-3.

que o Brasil atravessa a pior crise de sua história”.¹⁰ Logo em 1º de janeiro do ano eleitoral, a *Folha de São Paulo*, em editorial, chamou atenção para o ambiente de crise: “O ano que se encerra marca a pior performance da economia brasileira desde 1983”.¹¹

“A eleição presidencial de 15 de novembro ... assume uma particular importância por causa da enorme crise em que está mergulhado o nosso país”, escreveu o jurista Márcio Thomaz Bastos em artigo publicado na *Folha*, em 13 de fevereiro.¹² “O Estado não consegue mais assegurar a ordem pública dentro do princípio da igualdade de todos perante a lei”, afirmou.

Trata-se de um momento-chave político e econômico para o país e para o mundo, que leva o debate diretamente para as questões relativas ao Estado. A discussão aparece com ênfase em outro editorial da *Folha de São Paulo*, de 13 de setembro, vale dizer: no mesmo momento em que se noticiava a decisão da Hungria de romper o acordo que mantinha com a Alemanha Oriental sobre a movimentação de cidadãos. Vinha abaixo a instituição que impedia a fuga de húngaros para o Ocidente, instaurando uma crise profunda no Pacto de Varsóvia. Nesse contexto, o editorial da *Folha* foi intitulado “Estado contra Estado”:

Não se resolverá a série de dificuldades e estrangulamentos criados pelos subsídios estatais e pela ineficiência do setor público sem uma reforma profunda em todo o padrão de interferência do Estado na economia.¹³

Além disso, havia todo um “mundo em transformação. Roberto Campos, por exemplo, em *O Globo* de 10 de setembro de 1989, chama a atenção para “a estrondosa falência do regime comunista”, que “tornou possível desenhar nos países em desenvolvimento cenários sócio-econômicos e políticos menos problemáticos”.

As greves de Gdansk, de 1980, deram origem ao poderoso movimento Solidariedade, abalando a Polônia, país-chave no quadro do militarismo soviético; o avanço da economia de mercado na Hungria revelou sob outro prisma a falácia administrativa dos partidos comunistas que ocuparam o poder no Leste europeu, depois da II Guerra Mundial; na Tchecoslováquia, manifestações populares, sob a bandeira das reivindicações políticas liberais, propagaram desde a Primavera de Praga a descrença no regime salvacionista; na China continental, os próprios dirigentes comunistas proclamaram o sepultamento da doutrina marxista.¹⁴

Lembrando o poeta francês René Char após os anos de Resistência na Europa – “Nossa herança nos foi deixada sem nenhum testamento”¹⁵ –, Fernando Henrique Cardoso (re)traça, em artigo publicado na *Folha de São Paulo*, o caminho político brasileiro para o pós-Guerra

¹⁰ GASPARIAN, F. “O fracasso das elites”, in *Folha de S. Paulo*, 2 mar 1989, p. A-3.

¹¹ FOLHA DE S.PAULO, “A estagnação brasileira”, Opinião, 1 jan 1989, p. A-2.

¹² BASTOS, M.T. “De olho no ano 2000”, in *Folha de S. Paulo*, Opinião, 13 fev 1989, p. A-3.

¹³ FOLHA DE S. PAULO, “Estado contra Estado”, Opinião, 13 set 1989, p. A-2.

¹⁴ CAMPOS, R. “Cenário do último decênio do século”, in *O Globo*, 10 set 1989, p. 7.

¹⁵ Apud. ARENDT, H. 1999, p. 28.

Fria. Não será a Luiz Inácio Lula da Silva a quem FHC se refere como “guardião puritano da ortodoxia progressista”?

É diante deste quadro novo que as forças políticas devem recomeçar a caminhada, com os pés no chão, sem grandes ilusões e sem covardia. Sem esta atitude renovadora nossa política continuará com esse ar provinciano (...) E quem se arrojar ares de guardião puritano da ortodoxia progressista (assim como da conservadora) arriscará passar por bufão e não poderá expulsar os “vendilhões do templo” porque ninguém sabe mais que mito colocar no altar.¹⁶

No que diz respeito às idéias-alvos, um dos elementos principais deste conjunto apontado e percebido em 1989 como um dos responsáveis pela situação de crise no Brasil foi uma relativa noção de “isolamento” do país em relação ao comércio mundial. Em março, Carlos Tavares de Oliveira, falando em nome da Federação Nacional do Comércio, por exemplo, ataca os impedimentos institucionais ao comércio internacional brasileiro. Em artigo publicado em *O Globo*, o autor defende uma determinada forma de “abertura” da economia a partir das posturas adotadas por Pequim havia dez anos.

Às vésperas do seu décimo aniversário, a política de abertura da economia chinesa, idealizada por Deng Xiapoing, continua, em seu conjunto, a apresentar saldos favoráveis, com a excepcional elevação do nível de vida da população.¹⁷

O argumento contrário a um certo “isolamento” do país também foi construído com bases mais sofisticadas. “Qualquer que seja a estratégia escolhida pelo Brasil, o comércio exterior terá uma função importante”, escreveram os economistas Mario Henrique Simonsen, Fernando de Holanda Barbosa, Antonio Salazar de Brandão e Clóvis de Faro, em artigo publicado em *O Globo*, em 8 de janeiro de 1989. Segundo os autores, a necessária modernização do parque industrial brasileiro exigiria uma elevação da penetração de importados no setor de insumos e bens de capital.¹⁸

No entanto, mais que o “isolamento” eram atacados os modelos exportador e desenvolvimentista da economia brasileira. Um ataque ao modelo de equilíbrio externo implementado após a Crise da Dívida, o chamado “modelo exportador”, fez, por exemplo, o deputado federal José Serra. Em artigo publicado na *Folha de São Paulo*, em 6 de junho, Serra desacredita um argumento tradicional da época – o de que a dívida externa seria “fácil de pagar”, dado que a

¹⁶ CARDOSO, F.H. “Desafios futuros”, in *Folha de S. Paulo*, Opinião, 28 dez 1989, p. A-2.

¹⁷ OLIVEIRA, C.T., “China consolida abertura econômica”, in *O Globo*, Economia, 23 mar 1989, p. 19.

¹⁸ SIMONSEN, M.H., BARBOSA, F.H., BRANDÃO, A.S. & FARO, C. “O ICM e a Política de Comércio Exterior” in *O Globo*, Economia, 8 jan 1989, p. 44.

ampliação da capacidade produtiva geraria “os recursos necessários para cobrir os juros” futuros.¹⁹

Segundo o autor, este só seria o caso se “as taxas de juros fossem compatíveis com a rentabilidade dos investimentos” e isso teria ocorrido somente até 1978. A partir de então tem início uma alta contínua dos juros, chegando a triplicar depois de 1983. O resultado, para o economista, foi um aumento de dois terços do estoque do débito brasileiro entre 1978 e 1982. Além disso, “as maxidesvalorizações cambiais em fim de 1979 e começo de 1983 elevaram fortemente, em cruzeiros, o peso da dívida externa”. Com isso, produziu-se uma economia sem crescimento e um governo devedor, faminto por dólares e por arrecadação, e que está constantemente entre as opções de cortar gastos ou se endividar.²⁰

Mas o alvo não foi somente o “modelo exportador”. Havia também, por exemplo, a crítica a um modelo mais geral de organização feita com base em uma referência clara ao passado, algo que notoriamente incluía um questionamento da situação institucional do Estado. Vale perceber que, nesse contexto, a percepção de um mundo em transformação atua de forma bastante influente. “A excessiva presença do Estado no campo econômico tem provocado grandes distorções no mundo, em geral, e no Brasil em particular”, afirmou o então deputado federal Francisco Dornelles, na *Folha de São Paulo*, em 24 de abril daquele ano.²¹

A crise do Estado é muitas vezes tratada como função de uma atuação estatal excessiva na economia, algo decorrente de um determinado modelo. Um editorial da *Folha de São Paulo*, de 12 de setembro de 1989 é bastante representativo desse ponto. Diz a *Folha*:

O modelo de participação do Estado na economia brasileira tornou-se um estorvo para o desenvolvimento. Cartórios empresariais procuram manter subsídios e incentivos. O poder público afastou-se de suas tarefas essenciais, como saúde e educação. É desnecessária a intervenção estatal em áreas como telecomunicações, energia elétrica, estradas e armazenamentos.²²

No caso dos alvos, tudo se mistura. Atacar o excessivo controle do Estado sobre a economia é atacar o próprio Estado, o modelo de organização político-econômica e suas bases como, por exemplo, o protecionismo comercial. Nesse sentido, a abertura comercial pode ser claramente percebida como parte de um processo de reformulação mais geral do papel do Estado na sua relação com a sociedade brasileira e o mundo.

¹⁹ SERRA, J. “A economia do engano”, in *Folha de São Paulo*, Opinião, 6 jun 1989, p. A-3.

²⁰ Idem.

²¹ DORNELLES, F. “O PFL e a eleição presidencial”, in *Folha de São Paulo*, Opinião, 24 abr 1989, p. A-3.

²² FOLHA DE S. PAULO, “Desafio da estatização”, Opinião, 12 set 1989, p.A-2.

De toda forma, o campeão dos alvos de 1989 é o Estado brasileiro, *per se*. Em 24 de abril, por exemplo, na *Folha de São Paulo*, o deputado federal Francisco Dornelles analisou a eleição presidencial daquele ano apontando para “o grande confronto de idéias” sobre “a excessiva presença do Estado no campo econômico”, algo que estaria “provocado grandes distorções no mundo, em geral, e no Brasil em particular”.²³

O “Estado”, ou melhor, a “crise do Estado” é exatamente o tema do ex-ministro da Fazenda Luiz Bresser Pereira em artigo publicado na *Folha de São Paulo*, em 1º de junho de 1989. O autor apontou para a mudança que houve entre o “papel [do Estado como] estruturador e fomentador do desenvolvimento brasileiro entre os anos 30 e os anos 70” para o Estado como “obstáculo ao desenvolvimento econômico do país” a partir dos anos 1980.²⁴

A causa fundamental da presente ineficiência do Estado está no fato de que o Estado brasileiro, hoje, vive uma grande crise financeira, uma grande crise fiscal. ... Diretamente explicada pela dívida externa e pelo populismo desenvolvimentista interno.²⁵

Não à toa, a presença do Estado na regulação da economia também é questionada, e não à toa a *Folha* promoveu, em julho de 1989, um debate de artigos em torno da pergunta: “Você acha que o tema mais importante da campanha presidencial é o da presença do Estado na economia?” Em sua resposta, o deputado federal César Maia (PDT-RJ) afirmou que “era natural e esperado que a discussão acerca do Estado ganhasse prioridade no debate eleitoral”.²⁶

No campo das propostas, duas idéias se destacaram: abertura e reforma do Estado. Um momento, por exemplo, bastante representativo da força consensual em torno da “abertura” foi o questionário implementado pela *Folha de São Paulo* aos candidatos à Presidência brasileira e comentado em editorial do mesmo jornal, em 1º de novembro de 1989. Segundo a *Folha*: “Com poucas variações, um razoável consenso parece percorrer as opiniões dos candidatos sobre a questão da abertura comercial.”²⁷

No questionário, o tema do acesso ao capital estrangeiro também esteve no topo da pauta. “Mesmo Lula e Brizola têm o hábito de não se dizer contrários, em tese, ao capital estrangeiro, do mesmo modo que Covas, Ulysses, Maluf ou Afif”, afirmou a *Folha*, ao mesmo tem-

²³ DORNELLES, F. “O PFL e a eleição presidencial”, in *Folha de São Paulo*, Opinião, 24 abr 1989, p. A-3.

²⁴ PEREIRA, L.B. “Explicações alternativas para a crise do Estado”, in *Folha de S. Paulo*, Opinião, 1º jun 1989, p. A-3.

²⁵ Idem.

²⁶ MAIA, C. “Prioridades reais e aparentes”, in *Folha de S. Paulo*, Opinião, 22 jul 1989, p. A-3.

²⁷ FOLHA DE S. PAULO, “Retórica liberal”, Opinião, 1 nov 1989, p. A-2.

po em que defendia “maior integração tecnológica com a economia internacional”, uma “diminuição das barreiras alfandegárias” e o fim dos “sistemas de reserva de mercado”.²⁸

Mesmo em janeiro de 1990, o jornal *O Globo* tocou no tema da abertura atacando a noção de “similar nacional”.

O Brasil precisa deixar de ser o país do “similar nacional” – expressão que, assim como “produto supérfluo”, se tornou um instrumento de defesa dos cartórios que se instalaram em nossa economia.²⁹

Entretanto, no que diz respeito ao debate analisado, a abertura é apenas uma pequena parte de todo um questionamento mais estrutural sobre a natureza do Estado. As lideranças no Brasil de 1989 repensaram a constituição do país como comunidade política. A “reforma do Estado” estava em pauta.

Um artigo do deputado federal Francisco Dornelles (PFL/RJ), publicado pela *Folha*, em 24 de abril de 1989, é bastante representativo da idéia:

O Estado centralizador inevitavelmente acaba no Estado burocrático, onde um imenso e pesado corpo de funcionários substitui erroneamente o mercado, decidindo pela própria sociedade o que e como produzir. O “Estado-empresário”, como é o caso do Brasil, representa para a sociedade que paga a conta uma estrutura gigantesca, de um custo social alto e perverso.³⁰

O mesmo tema está claramente representado na despedida de Mario Covas do Senado, quando o político assumiu a sua candidatura à Presidência pelo PSDB proferindo o famoso discurso em que defendeu um “choque de capitalismo” para o Brasil.

Basta de gastar sem ter dinheiro. Basta de tanto subsídio, de tantos incentivos, de tantos privilégios sem justificativas ou utilidades comprovadas. Basta de empreguismo. Basta de cartórios. O Brasil não precisa apenas de um choque fiscal, precisa também de um choque de capitalismo, um choque de livre iniciativa, sujeita a riscos e não apenas prêmios.³¹

O “choque de capitalismo” proposto por Covas também foi assunto de artigo escrito por Fernando Henrique Cardoso, na *Folha*, em 6 de julho de 1989. Cardoso, no texto, procura se afastar do que chama de um “liberalismo de remendo”, mas, ao mesmo tempo, se mostra amplamente favorável a uma completa reforma do Estado brasileiro:

Covas, no discurso, não teve meias palavras: é preciso um choque de capitalismo. Como? Favorecendo o investimento produtivo, retirando o Estado das áreas de produção direta que não lhe são próprias, acabando com os cartórios e com os subsídios

²⁸ FOLHA DE S. PAULO, “Retórica liberal”, Opinião, 1 nov 1989, p. A-2.

²⁹ O GLOBO, “Sinais de amadurecimento”, O País, 17 jan 1990, p. 4.

³⁰ Idem.

³¹ COVAS, M. “Programa de governo”, DCN2, 29 jun 1989, p. 3205.

que usam os impostos (elevados) pagos pelos que mais precisam de recursos para dar aos privilegiados do regime, e assim por diante.³²

O ano de 1989 reúne na mídia representativa um amplo questionamento sobre o Estado, em meio a um ambiente radical de crise interna e de transformação externa. Nesse sentido, a dúvida colocada sobre a natureza do Estado abre espaço para redefinições no que diz respeito à relação deste mesmo Estado com a sociedade em geral.

5. Conclusões

Dessa forma, duas representações do contexto de 1989 predominaram na mídia analisada: 1) a noção de uma crise sem precedentes na história do país; e 2) a percepção de um mundo em completa transformação política, econômica e tecnológica. A combinação dessas duas interpretações abriu espaço para um questionamento radical dos modelos tradicionais de política econômica no Brasil e, em especial, do próprio Estado brasileiro. Finalmente, o desmoronamento ideológico dos paradigmas institucionais vigentes propiciaram o surgimento de pleitos significativos por abertura comercial, desregulamentação e, fundamentalmente, reforma do Estado.

Dessa forma, entender o processo de desmonte, no plano dos significados, da relação do Estado com a sociedade no Brasil em 1989 suscita a sensação de que o país, de fato, está em meio a todo um reposicionamento estrutural. Quantas nações não estão na mesma situação do Brasil no mesmo período? Não seria este um processo próprio do fim da Guerra Fria?

Afinal, uma das discussões recentes mais marcantes das Relações Internacionais diz respeito às mudanças na política externa soviética a partir da segunda metade dos anos 1980. Brooks e Wohlforth (2000, p. 5), por exemplo, organizaram um debate em torno da questão envolvendo a oposição entre causas materiais e ideológicas do fenômeno político. Nesse contexto, os autores, ligados à segunda escola, dizem concordar com os primeiros que a crise econômica na União Soviética abriu espaço para a mudança. Entretanto, a resposta à situação é “um ato criativo, de fundamento intelectual, que transforma a história e traz novos ventos, e cuja explicação requer modelos específicos”. As transformações na União Soviética, no Brasil e no Leste Europeu não são só historicamente simultâneas. Os temas-chave como reforma do Estado, liberalização, expansão dos mecanismos de mercado, privatização e descentralização política são os mesmos – apesar de ganharem ênfases e interpretações particulares.

³² CARDOSO, F.H. “A novidade dos choques”, in *Folha de S. Paulo*, Opinião, 6 jul 1989, p. A-2.

É nesse sentido que aqui pretende-se chamar a atenção para a inclusão do Brasil e de países de perfil semelhantes em estudos comparados envolvendo o fim da Guerra Fria. O fim da Guerra Fria, assim, não pode ser visto como um fenômeno anterior às mudanças no perfil externo do Brasil; as mudanças são, de fato, o fim da Guerra Fria no Brasil.

6. Referências bibliográficas

- ARENDDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- BENNET, L.M. & ENTMAN, R. (eds). **Mediated Politics: Communication if the Future of Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- BLOOM, H. **O cânone ocidental**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.
- BLYTH, M. **Great Transformations: Economic Ideas and Institutional Change in The Twentieth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- BROOKS, S. & WOHLFORTH, W. “Power, Globalization and the End of Cold War :Reevaluating a Landmark Case for Ideas”. *INTERNATIONAL SECURITY*. Vol.53, n.3, p.3-53, Winter, 2000-1.
- CARNEIRO, D.D & GARCIA, M.G.P. “Private International Capital Flows to Brazil”. *SERIE FINANCIAMIENTO DEL DESARROLO*, Cepal, 1995.
- DAHLGREN, P. “The Transformation of Democracy?” in AXFORD, B e HUGGINS, R. (eds). **New Media and Politics**. Londres: Sage, 2001, p.64-88.
- KELLNER, D. **Media Culture: Cultural Studies, Identity and Politics Between the Modern And the Postmodern**. Nova York: Routledge, [1995] 2002.
- KERTZER, D. “Political Rituals”, in CHELES, L.; SPONZA, L. (eds). **The Art of Persuasion: Political Communication in Italy from 1945 to the 1990s**. Manchester: Manchester University Press, 2001, p.99-112.
- LAFER, C. “A política externa do Governo Collor”. In *POLÍTICA EXTERNA*. Vol.1, n.4, 1993.
- HIRST, M. & PINHEIRO, L. “A política externa do Brasil em dois tempos”. *REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL*, 38, vol.1, 1995, p.5-23.
- PEREIRA, M.; GOMES, R. C. & FIGUEIREDO, V. (Orgs.) **Comunicação, representação e práticas sociais**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Idéias e Letras, 2004.
- STREET, J. “Politics Lost, Politics Transformed, Politics Colonized? Theories of the Impact of Mass Media”, in *POLITICAL STUDIES REVIEW*, vol.3, 2005, p.17-33.